

Salvar Vidas no Mar

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre a **situação no Mediterrâneo** e a necessidade de uma abordagem abrangente da UE em relação à **migração**.

Carlos Coelho afirmou: "*temos de atacar a raiz dos problemas. No entanto, temos de lidar também, e rapidamente, com o que se vai passando no Mediterrâneo. Ou arriscamos que se torne num cemitério.*"

ver pág. 7

Estado da Palestina

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução na qual "*apoia, por princípio, o reconhecimento do Estado palestino e a solução da coexistência de dois Estados, acreditando que ambas as vertentes devem caminhar a par do aprofundamento das negociações de paz, a qual deverá progredir*"

ver pág. 4

Segurança Interna

Os combatentes de origem europeia que se juntam a organizações terroristas e que regressam à Europa, o branqueamento de capitais, a corrupção, a criminalidade organizada, o tráfico de seres humanos e a cibersegurança devem ser áreas prioritárias **na nova Estratégia de Segurança Interna da UE para 2015-2019**.

ver pág. 9

em destaque:

Orçamento para 2015 aprovado

O Parlamento Europeu aprovou o **orçamento da UE para 2015**, que inclui mais verbas para o programa de investigação e inovação Horizonte 2020, para o programa de intercâmbio de estudantes Erasmus+ e para a política externa, entre outras áreas. Os eurodeputados aprovaram também um orçamento rectificativo para este ano para assegurar o pagamento de faturas pendentes a empresas, autoridades locais e outros beneficiários dos fundos europeus.

O orçamento da UE para 2015 será de **145,32 mil milhões** de euros em **dotações de autorização** e **141,21 mil milhões** de euros em **dotações de pagamento**.

Os eurodeputados asseguraram mais 45 milhões de euros para o programa-quadro de investigação e inovação Horizonte 2020 (incluído na pasta do comissário europeu Carlos Moedas) e mais 16 milhões para o programa de intercâmbio de estudantes Erasmus+, em comparação com os valores propostos pela Comissão.

O orçamento para a política externa teve um aumento de 32 milhões de euros. As verbas para as agências responsáveis pela supervisão financeira e pela gestão das fronteiras (Frontex) também foram reforçadas.

Segundo o eurodeputado português **José Manuel Fernandes** (PPE), que integrou a equipa de negociadores do Parlamento Europeu, este acordo permite "*a concretização das nossas prioridades relativas ao crescimento e ao emprego*" e "*estabilizar a dívida da União Europeia*".

"*Em 2015, tal como acordámos com a Comissão e com o Conselho, temos de ter um plano para fazer face às faturas já vencidas e não pagas. A União Europeia deve aplicar a ela própria o mesmo rigor que pede aos Estados-Membros e, para além disso, deve cumprir os seus compromissos, nomeadamente o que adotou no quadro financeiro plurianual*", disse José Manuel Fernandes no debate em plenário.

ver pág. 5

Índice

Liberdade de imprensa na Turquia.....	3
União Bancária: membros do Conselho Único de Resolução.....	3
Reconhecimento do Estado da Palestino.....	4
Orçamento da UE para 2015 e Orçamentos rectificativos para 2014.....	5
Situação da imigração no Mediterrâneo.....	7
Prémio cinema lux 2014.....	8
Estratégia de Segurança Interna da UE 2015/2019.....	9
Ordem do dia da sessão.....	11

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

Serviço de Imprensa do PE

Serviço de Imprensa do GEPSD

site www.carloscoelho.eu

Presidente do Parlamento Europeu chocado com os ataques à imprensa na Turquia

O presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, lembrou que a liberdade de imprensa e o pluralismo dos meios de comunicação social são valores fundamentais da União Europeia. Schulz sublinhou que a UE leva muito a sério as negociações de adesão com este país candidato, pelo que deve chamar a atenção tanto para os problemas, como para os progressos registados. O Parlamento Europeu aditou à agenda de quarta-feira um debate sobre a liberdade de expressão na Turquia.

Martin Schulz deu início à sessão plenária manifestando-se chocado com o raide contra diversos órgãos de comunicação social na Turquia, um "*signal preoccupante*" para a liberdade de expressão e liberdade de imprensa neste país.

O presidente do Parlamento Europeu disse que pediu explicações ao embaixador da Turquia junto da UE e que vai acompanhar de perto os problemas criados aos jornalistas neste país candidato.

Alterações à agenda

- Um debate sobre "**Liberdade de expressão na Turquia: Recentes detenções de jornalistas e de responsáveis de meios de comunicação social e pressão sistemática sobre os média**" foi acrescentado à agenda de quarta-feira à tarde, após o debate sobre o relatório do Senado norte-americano sobre a utilização da tortura pela CIA. O Parlamento Europeu irá votar uma resolução sobre a situação na Turquia na sessão plenária de janeiro.

- O Parlamento Europeu vai também votar uma **resolução sobre o programa de trabalho da Comissão para 2015** na sessão plenária de janeiro.

União bancária: Parlamento Europeu aprova membros do Conselho Único de Resolução

O Parlamento Europeu deu luz verde aos candidatos ao Conselho Único de Resolução, autoridade que vai preparar e supervisionar a resolução dos bancos em colapso. A candidata a presidente é a alemã Elke König e o candidato a vice-presidente o finlandês Timo Löyttyniemi. Os restantes candidatos a membros são o italiano Mauro Grande, o espanhol Antonio Carrascosa, a holandesa Joanne Kellermann e o francês Dominique Laboureix. O Conselho de Ministros da UE terá ainda de decidir as nomeações por maioria qualificada.

O mecanismo único de resolução dos bancos, do qual foi relatora a eurodeputada portuguesa Elisa Ferreira (S&D), visa garantir que os contribuintes não tenham de pagar pelo colapso dos bancos, mas sim os acionistas e credores. O regulamento aprovado em plenário no dia 15 de abril deste ano prevê a criação de um fundo de resolução único, financiado pelo setor bancário, e institui um Conselho Único de Resolução, responsável por preparar e supervisionar a resolução de bancos europeus.

Os candidatos ao Conselho Único de Resolução foram propostos pela Comissão Europeia, depois de passarem por um processo de seleção, no dia 5 de dezembro. A comissão

parlamentar dos Assuntos Económicos e Monetários realizou audições com os candidatos na semana passada e aprovou os nomes propostos ontem à noite. O plenário deu também o seu aval aos futuros membros do Conselho Único de Resolução por 522 votos a favor, 105 contra e 67 abstenções.

O presidente, o vice-presidente e os membros do Conselho Único de Resolução são nomeados com base no seu mérito, competências e conhecimento dos domínios bancário e financeiro, bem como na sua experiência em matéria de supervisão e regulação financeiras e de resolução bancária, de acordo com o regulamento que estabelece o mecanismo único de resolução.

O mandato do primeiro presidente do Conselho Único de Resolução terá uma duração de três anos, renovável uma vez, por um período de cinco anos. O vice-presidente e os restantes membros terão um mandato de cinco anos, não renovável. Os mandatos deverão ter início no dia 1 de janeiro de 2015.

Parlamento Europeu aprova resolução sobre reconhecimento do Estado da Palestina

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução na qual *"apoia, por princípio, o reconhecimento do Estado palestino e a solução da coexistência de dois Estados, acreditando que ambas as vertentes devem caminhar a par do aprofundamento das negociações de paz, a qual deverá progredir"*. O PE decide lançar a iniciativa *«Deputados para a Paz»*, que visa reunir deputados europeus, israelitas e palestinos de vários partidos para promover uma agenda para a paz e complementar os esforços diplomáticos da UE.

A resolução sobre o reconhecimento do Estado da Palestina, elaborada por cinco grupos políticos (PPE, S&D, ALDE, CEUE/EVN e Verdes/ALE), foi aprovada em plenário por 498 votos a favor, 88 contra e 111 abstenções.

O Parlamento Europeu reitera *"o seu apoio inequívoco à solução da coexistência de dois Estados, com base nas fronteiras de 1967 e Jerusalém como capital de ambos, ou seja, um Estado de Israel seguro e um Estado da Palestina independente, democrático, territorialmente contíguo e viável, vivendo lado a lado em paz e segurança, o que implica o reconhecimento do direito à autodeterminação e a plena observância do Direito internacional"*.

Fações palestinas devem pôr termo aos dissídios internos

O Parlamento Europeu salienta a importância de se consolidar a autoridade do governo de consenso palestino e insta todas as fações palestinas, incluindo o Hamas, a pôr termo aos dissídios internos.

Colonatos ilegais

A resolução salienta também o facto de os colonatos israelitas serem ilegais à luz do Direito internacional, afirma que a UE deve assumir as suas responsabilidades e tornar-se um interveniente de corpo inteiro que viabilize o processo de paz no Médio Oriente e exorta a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros, Federica Mogherini, a facilitar uma posição comum da UE a este respeito.

Iniciativa «Deputados para a Paz»

O Parlamento Europeu decide lançar uma iniciativa denominada *«Deputados para a Paz»*, que visa reunir os deputados europeus, israelitas e palestinos de vários partidos, tendo em vista promover uma agenda para a paz e complementar os esforços diplomáticos da UE.

Na resolução aprovada, os eurodeputados condenam "nos termos mais veementes todos os atos de terrorismo ou violência".

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE): *"É urgente pôr fim à violência brutal que destrói vidas quer em Israel quer na Palestina. E é essencial denunciar e punir os crimes de guerra cometidos por ambos os lados quer contra civis inocentes quer destruindo infraestruturas civis.*

O PE reitera que não há solução que não passe pela coexistência de dois Estados, cuja segurança seja mutuamente respeitada, com as fronteiras existentes até 1967 e com Jerusalém como capital de ambos os Estados.

Creio fundamental também combater os que fazem leituras radicais da sua religião e justificam a legitimidade de matar em nome de Deus. Haverá poucas coisas mais desprezíveis do que invocar Deus para exercer a violência, disseminar o terror e ceifar vidas humanas".

Parlamento Europeu aprova orçamento da UE para 2015 e orçamentos rectificativos para 2014

O Parlamento Europeu aprovou o orçamento da UE para 2015, que inclui mais verbas para o programa de investigação e inovação Horizonte 2020, para o programa de intercâmbio de estudantes Erasmus+ e para a política externa, entre outras áreas. Os eurodeputados aprovaram também um orçamento rectificativo para este ano para assegurar o pagamento de faturas pendentes a empresas, autoridades locais e outros beneficiários dos fundos europeus.

O orçamento da UE para 2015 será de 145,32 mil milhões de euros em dotações de autorização e 141,21 mil milhões de euros em dotações de pagamento.

Os eurodeputados asseguraram mais 45 milhões de euros para o programa-quadro de investigação e inovação Horizonte 2020 (incluído na pasta do comissário europeu Carlos Moedas) e mais 16 milhões para o programa de intercâmbio de estudantes Erasmus+, em comparação com os valores propostos pela Comissão.

O orçamento para a política externa teve um aumento de 32 milhões de euros. As verbas para as agências responsáveis pela supervisão financeira e pela gestão das fronteiras (Frontex) também foram reforçadas.

Segundo o eurodeputado português José Manuel Fernandes (PPE), que integrou a equipa de negociadores do Parlamento Europeu, este acordo permite "a concretização das nossas prioridades relativas ao crescimento e ao emprego" e "estabilizar a dívida da União Europeia".

"Em 2015, tal como acordámos com a Comissão e com o Conselho, temos de ter um plano para fazer face às faturas já vencidas e não pagas. A União Europeia deve aplicar a ela própria o mesmo rigor que pede aos Estados-Membros e, para além disso, deve cumprir os seus compromissos, nomeadamente o que adotou no quadro financeiro plurianual", disse o eurodeputado no debate em plenário.

Pagamento das faturas pendentes em 2014

A prioridade do Parlamento Europeu durante as negociações com o Conselho foi garantir o pagamento das faturas por pagar a empresas, autoridades locais e outros beneficiários dos

fundos europeus. Os eurodeputados conseguiram assegurar 4,25 mil milhões de euros adicionais para o pagamento de faturas pendentes em 2014 através de um orçamento rectificativo.

Os parlamentares também conseguiram que as instituições europeias se comprometessem a elaborar um plano para que o valor das faturas pendentes desça para níveis sustentáveis até 2016.

88% do orçamento da UE é utilizado nos Estados-Membros, 6% na política externa e 6% é destinado à administração europeia. O orçamento comunitário representa pouco mais de 1% do rendimento nacional bruto (RNB) dos 28 Estados-Membros da UE no seu conjunto.

Fundo de Solidariedade da UE

O Parlamento Europeu aprovou também um relatório de José Manuel Fernandes que autoriza a mobilização de 79.726.440 euros do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) para ajudar as populações afetadas pelas inundações na Sérvia, na Croácia e na Bulgária em maio e junho deste ano. O FSUE permite à União apoiar financeiramente um Estado-Membro, um país candidato à adesão ou uma região em caso de catástrofes naturais de grandes proporções. O relatório foi aprovado por 665 votos a favor, 30 contra e 8 abstenções.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

José Manuel Fernandes (PPE): *"Em primeiro lugar queria congratular todos os intervenientes porque eu considero que a união, a persistência do Parlamento Europeu, permitiu um bom acordo no que diz respeito aos orçamentos de 2014, aos orçamentos rectificativos, e também ao orçamento de 2015, não esquecendo algo que é fundamental que é o plano de pagamentos da dívida da União Europeia. E não tenhamos medo de lhe chamar dívida, porque é disso que se trata.*

Tal permite a credibilidade das instituições da União Europeia e a concretização das nossas prioridades relativas ao crescimento e ao emprego. Este acordo permite ainda estabilizar a dívida da União Europeia e evitar o colapso do orçamento. Assim, em 2014, temos cerca de quatro mil milhões de euros de receitas extraordinárias para fazer face ao elevado nível dos não-pagos. Estavam em cima da mesa receitas extraordinárias do orçamento da União Europeia em 2014 que eram resultantes, nomeadamente, de multas.

Sem este acordo, os Estados-Membros receberiam estas receitas nos respetivos orçamentos nacionais, o que era inaceitável, até porque há um elevado montante de faturas já vencidas e não pagas como referi.

Relativamente a 2015, também conseguimos que os cortes que o Conselho propunha fossem minimizados. Para além disso, reforçámos os compromissos no que diz respeito aos programas destinados ao emprego e ao crescimento. A solidariedade externa da União Europeia também ela foi reforçada no que diz respeito à ajuda humanitária. Em 2015, tal como acordámos com a Comissão e com o Conselho, temos de ter um plano para fazer face às faturas já vencidas e não pagas. A União Europeia deve aplicar a ela própria o mesmo rigor que pede aos Estados-Membros e, para além disso, deve cumprir os seus compromissos, nomeadamente o que adotou no quadro financeiro plurianual".

José Inácio Faria (ALDE): *"Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhores representantes do Conselho, Senhores relatores, caros Colegas, espero que amanhã possamos vir a confirmar o acordo sobre o orçamento da União para os exercícios 2014 e 2015 e congratulo os colegas parlamentares que estiveram envolvidos nesta difícil negociação.*

Na perspetiva do Parlamento, é essencial assegurar um nível adequado de dotações financeiras para reduzir o nível extraordinariamente elevado de créditos não pagos. Infelizmente os mesmos Estados-Membros continuam a privilegiar o regresso das margens

financeiras não utilizadas aos seus bolsos do que liquidar as obrigações assumidas perante terceiros, como referiu o meu colega Jean Arthuis. É deplorável que as negociações orçamentais se revelem cada vez mais difíceis, deixando a União à beira do bloqueio, ou dos duodécimos orçamentais, como disse também o Sr. Olbrycht. Por outro lado, tendo em conta a necessidade já reconhecida pelos Chefes de Governo de apostar no investimento voltado para o futuro e para a competitividade europeia, que permita explorar sinergias nas áreas da energia, da inovação ou dos transportes. É um péssimo sinal..."

(O Presidente retira a palavra ao orador.)

Migração: Parlamento Europeu apela a uma política mais abrangente da UE para evitar mortes no mar

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre a situação no Mediterrâneo e a necessidade de uma abordagem abrangente da UE em relação à migração. O reforço da solidariedade e a partilha de responsabilidades entre os Estados-Membros, o cumprimento das obrigações em matéria de busca e salvamento, vias seguras e legais para os requerentes de asilo entrarem na UE, a cooperação com países terceiros e o combate aos passadores e traficantes são alguns dos assuntos abordados no documento.

Segundo a Organização Internacional para as Migrações, pelo menos 3.072 pessoas morreram no Mar Mediterrâneo nos primeiros nove meses deste ano. No total, calcula-se que cerca de 22 mil migrantes tenham perdido a vida na travessia ao longo dos últimos 26 anos.

O Parlamento Europeu exorta a UE e os Estados-Membros a envidarem todos os esforços para impedir que mais vidas se percam no mar e encarrega a comissão parlamentar das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos de avaliar as várias políticas em jogo, desenvolver uma série de recomendações e apresentar um "*relatório de iniciativa estratégico*" ao plenário antes do final de 2015.

Partilha de responsabilidades e solidariedade

A UE deve assumir a sua quota-parte de responsabilidade e solidariedade para com os Estados-Membros que acolhem o maior número de refugiados e de requerentes de asilo, "*tanto em termos absolutos como proporcionais*", diz o Parlamento Europeu.

A solidariedade também implica garantir "*contribuições suficientes*" para os orçamentos e operações da agência responsável pela gestão das fronteiras externas, Frontex, e do Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo.

As obrigações de busca e de salvamento devem ser "*efetivamente cumpridas*" e "*devidamente financiadas a médio e a longo prazo*", defendem os eurodeputados. Os parlamentares querem também que se realize uma análise sobre o modo como os fundos para os assuntos internos são despendidos.

Acesso seguro ao sistema de asilo da UE e novas vias de migração legal

A UE deve garantir acesso seguro e legal ao sistema de asilo, insiste o Parlamento Europeu. Para além disso, "*devem ser exploradas novas vias de migração legal*", acrescenta.

Políticas de regresso e cooperação com países de trânsito e de origem

Os eurodeputados consideram, por outro lado, que a UE deve ponderar a possibilidade de *"rápido processamento, em colaboração com os países terceiros de trânsito e de origem, e de regresso em relação àquelas pessoas que não reúnem as condições para beneficiar de asilo e proteção na UE, garantindo-se que os recursos sejam utilizados da melhor forma com aqueles que necessitam de proteção"*. As políticas de regresso voluntário devem ser incentivadas e os direitos de todos os migrantes garantidos, sublinha.

Combater as causas profundas da migração

O Parlamento Europeu quer que seja examinada a estratégia global em matéria de cooperação com os países terceiros, incluindo a África Subsariana, o Norte de África e o Médio Oriente, no que respeita à assistência humanitária, financeira e política.

Os eurodeputados solicitam também esclarecimentos sobre o papel da proteção regional, reinstalação e políticas de regresso - incluindo os acordos de gestão da migração com os países de origem e de trânsito - a fim de combater as causas profundas da migração.

A resolução realça *"a necessidade de os países terceiros respeitarem o direito internacional para efeitos de salvamento de vidas no mar, bem como de assegurarem a proteção dos refugiados e o respeito dos direitos fundamentais"*.

Os eurodeputados consideram também que é necessário explorar iniciativas futuras que sigam os bons exemplos de reinstalação de refugiados.

Penas pesadas para passadores e traficantes

Os Estados-Membros devem impor pesadas sanções penais contra o tráfico de seres humanos e o contrabando, tanto para a UE como através dela, e também aos indivíduos ou grupos que exploram migrantes vulneráveis na UE, relembra o Parlamento Europeu.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE): *"Em 2013, terão sido mais de cem mil os imigrantes que tentaram atravessar o Mediterrâneo, desses estimam-se que terão morrido ou desaparecido mais de 500. Segundo a OIM, 2014 foi o ano mais mortal para os migrantes, estimando-se que cerca de 3000 mil pessoas tenham morrido a tentar cruzar o Mediterrâneo. Aliás, os especialistas confirmam que a probabilidade de os imigrantes morrerem enquanto fazem esta travessia tem vindo a aumentar nos últimos anos.*

Este ano, entram em vigor as novas regras para as operações de Busca e Salvamento em operações conjuntas da FRONTEX, das quais fui relator. Este novo instrumento não abrange, porém, operações estritamente nacionais de busca e salvamento. Ora, perante uma tamanha pressão migratória no Mediterrâneo, esta dualidade de regimes jurídicos pode revelar-se problemática.

Um ano depois da resolução do Parlamento sobre a tragédia de Lampedusa, esta resolução vai no bom caminho: temos de atacar a raiz dos problemas. No entanto, temos de lidar também, e rapidamente, com o que se vai passando no Mediterrâneo. Ou arriscamos que se torne num cemitério."

Filme polaco-dinamarquês "Ida" vence prémio de cinema Lux 2014

O presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, anunciou numa cerimónia realizada no hemiciclo de Estrasburgo que o vencedor do prémio de cinema Lux 2014 é "Ida", de Paweł Pawlikowski (Polónia/Dinamarca). O objetivo do prémio Lux é promover os filmes europeus que contribuam para fomentar a identidade e diversidade cultural europeias.

Os filmes europeus "*permitem-nos aprender sobre a nossa história partilhada e sobre as histórias dos nossos vizinhos. Dão-nos perspetivas sobre a vida noutros países e ajudam-nos a conhecermo-nos melhor a nós próprios e aos nossos vizinhos. As histórias contadas através do cinema europeu facilitam a compreensão mútua e fortalecem o sentimento de pertença, ultrapassando as barreiras nacionais*", disse o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz.

"Ida" é um filme de época que se passa na Polónia comunista, em 1962, e retrata a vida de Anna, que está prestes a celebrar os votos religiosos, mas que, entretanto, descobre o seu passado e os muitos segredos que ele contém.

Sobre os outros filmes finalistas

Os outros filmes finalistas eram "*O Inimigo da Classe*", de Rok Bi ek (Eslovénia), e "*Raparigas*", de Céline Sciamma (França).

"*O Inimigo da Classe*" conta a história de um professor com uma forma de ensinar muito particular, fria e austera, com que os alunos não simpatizam.

"*Raparigas*" relata a história de Marieme que, sentindo-se oprimida pela família e colegas, decide começar uma nova vida inserindo-se num grupo de raparigas, nos arredores de Paris, em busca da liberdade.

Sobre o prémio Lux

O prémio Lux foi criado em 2007 pelo Parlamento Europeu e é atribuído anualmente. O objetivo é promover os filmes produzidos na Europa que contribuam para fomentar a identidade e a diversidade cultural europeias.

Os filmes finalistas são legendados nas 24 línguas oficiais da UE, com financiamento do Parlamento Europeu, e são projetados em salas de cinemas em todos os 28 Estados-Membros durante os "*Lux Film Days*". O filme vencedor é escolhido pelos eurodeputados que participam na votação realizada nas semanas que antecedem a entrega do prémio.

O vencedor do ano passado foi o filme belga "*The Broken Circle Breakdown*".

Eurodeputados definem prioridades para Estratégia de Segurança Interna da UE 2015-2019

Os combatentes de origem europeia que se juntam a organizações terroristas e que regressam à Europa, o branqueamento de capitais, a corrupção, a criminalidade organizada, o tráfico de seres humanos e a cibersegurança devem ser áreas prioritárias na nova Estratégia de Segurança Interna da UE para 2015-2019, diz uma resolução aprovada pelo Parlamento Europeu.

Esta resolução é o contributo do Parlamento Europeu para a Estratégia de Segurança Interna da UE para os próximos anos, que está a ser elaborada pela Comissão Europeia.

Domínios prioritários

A nova Estratégia de Segurança Interna da UE deve ser "*facilmente adaptável à evolução das situações, concentrando-se não apenas nas ameaças à segurança existentes, mas também nas emergentes*", afirmam os eurodeputados.

O Parlamento Europeu quer que seja adotada uma abordagem integrada em relação a domínios prioritários como a cibersegurança, o tráfico de seres humanos, a luta contra o terrorismo e questões interligadas, como a criminalidade organizada, o branqueamento de capitais e a corrupção.

Os negociadores do Parlamento Europeu e do Conselho chegaram a um acordo sobre a diretiva europeia relativa ao branqueamento de capitais, acordo esse que tem ainda de ser confirmado pelo comité dos representantes permanentes dos Estados-Membros (Coreper) e pelas comissões parlamentares dos Assuntos Económicos e Monetários e das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos antes de ser votado em plenário.

Combatentes que regressam à Europa

"A situação da segurança na Europa mudou radicalmente nos últimos anos devido à emergência de novos conflitos, às sublevações ocorridas nas zonas limítrofes da UE e ao rápido desenvolvimento de novas tecnologias, bem como à crescente radicalização que tem dado origem a violência e terrorismo", lê-se na resolução.

O rápido crescimento do número de cidadãos europeus que viajam para zonas de conflito e ingressam em organizações terroristas, regressando depois ao território da UE, representa um novo tipo de risco para a segurança interna.

A UE deve dar resposta a esta "*tendência preocupante*" com uma abordagem focada em fatores subjacentes, como a radicalização, a intolerância e a discriminação, na prevenção do recrutamento e participação em conflitos, impedindo, por exemplo, a própria deslocação de combatentes estrangeiros para essas zonas, e em processos perante os tribunais, se for caso disso.

Os eurodeputados apelam também a uma cooperação mais eficaz entre os Estados-Membros, através de uma maior utilização de instrumentos existentes, como as equipas de investigação conjuntas, e a uma partilha mais expedita de dados e informações pertinentes, sujeita a garantias adequadas em relação à proteção de dados e à privacidade.

Respeito pelos direitos fundamentais

"As medidas de segurança devem ser sempre bem fundamentadas (...) de acordo com os princípios da necessidade, da proporcionalidade e do respeito pelos direitos fundamentais e

com base numa supervisão democrática e responsabilização adequadas", sublinha o Parlamento Europeu.

Os eurodeputados solicitam à Comissão que, ao elaborar e aplicar a nova Estratégia de Segurança Interna da UE, tenha em devida conta o recente acórdão do Tribunal de Justiça sobre a diretiva relativa à conservação de dados, que exige que todos os instrumentos respeitem os princípios da proporcionalidade, da necessidade e da legalidade, e que inclua as garantias adequadas em matéria de responsabilização e de recurso judicial.

Intervenção de Deputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE): *"O Tratado de Lisboa atribuiu ao Parlamento Europeu competências no âmbito da segurança interna, nomeadamente no que respeita à Estratégia de Segurança Interna. No momento em que cessa o período de vigência da anterior, o Parlamento aprova o que entende deverem ser as prioridades da Estratégia de Segurança Interna para 2015-2019. Pretende-se assim assegurar controlo democrático e respeito pelos direitos fundamentais, contribuindo para um verdadeiro espaço de Liberdade, Segurança e Justiça".*

Ordem do dia 15 a 18 Dezembro de 2014

Segunda-feira, 15 de Dezembro

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies Selvagens da Fauna e da Flora Ameaçadas de Extinção (CITES) - *Recomendação: Pilar Ayuso (A8-0036/2014)*

Aplicação da Diretiva relativa à qualidade dos combustíveis - *Declaração da Comissão*

Avaliação da boa reputação dos operadores de transportes - *Declaração da Comissão*

Implementação da Parceria para a investigação e a inovação no espaço euro-mediterrânico (PRIMA) - *Pergunta oral (O-000092/2014 - B8-0046/2014)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

Terça-feira, 16 de Dezembro

09:00 - 11:50

Governança económica - Revisão dos regulamentos "Six-Pack" e "Two-Pack" - *Declaração da Comissão*

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Eleição do Provedor de Justiça

Análise científica de questões relacionadas com os produtos alimentares - *Relatório: Giovanni La Via (A8-0059/2014)*

Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies Selvagens da Fauna e da Flora Ameaçadas de Extinção (CITES) - *Recomendação: Pilar Ayuso (A8-0036/2014)*

Acordo de Cooperação relativo a um Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS) com Marrocos - *Recomendação: Jerzy Buzek (A8-0045/2014)*

Renovação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica com a Ucrânia - *Recomendação: Jerzy Buzek (A8-0039/2014)*

Participação da Croácia no Espaço Económico Europeu - *Recomendação: Alexander Graf Lambsdorff (A8-0026/2014)*

Regime do imposto «octroi de mer» nas regiões ultraperiféricas francesas - *Relatório: Iskra Mihaylova (A8-0054/2014)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2014/010 IT/Whirlpool, Itália - *Relatório: Daniele Viotti (A8-0064/2014)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF /2013/006 PL/Fiat Auto Poland S.A. - *Relatório: Jan Olbrycht (A8-0062/2014)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2014/013 EL/Odyssefs Fokas - *Relatório: Monika Vana (A8-0063/2014)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2013/014 FR/Air France - *Relatório: Marco Zanni (A8-0065/2014)*

Nomeação de um membro da Comissão Executiva do BCE - *Relatório: Roberto Gualtieri (A8-0070/2014)*

15:00 - 23:00

Programa de Trabalho da Comissão para 2015 - *Declaração da Comissão*

Discussão conjunta - Orçamento para os exercícios de 2014 e 2015

Novo orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2015 - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial, Monika Hohlmeier (A8-0067/2014)*

Orçamento retificativo n.º 3/2014: Receitas provenientes de multas e pagamentos de juros - Receitas provenientes de reembolsos e receitas transferidas para a FEMIP (Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e de Parceria) - Reafetação de dotações ao Fundo Europeu das Pescas - Aumento das dotações de pagamento para as autorizações correspondentes aos orçamentos anuais anteriores – Circunstâncias imprevistas na aceção do artigo 13.º do Regulamento QFP – Quadro de pessoal da Comissão, dos serviços, do Comité das Regiões e da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados - *Relatório: Gérard Deprez (A8-0069/2014)*

Projeto de orçamento retificativo n.º 4/2014 - recursos próprios tradicionais (RPT), bases do IVA e rendimento nacional bruto (RNB) - *Relatório: Gérard Deprez (A8-0076/2014)*

Projeto de orçamento retificativo n.º 5/2014 : Inundações em Itália (Sardenha) em 2013 - Terramoto na Grécia - Tempestade de gelo na Eslovénia - Tempestade de gelo e inundações na Croácia em 2014 - *Relatório: Gérard Deprez (A8-0078/2014)*

Projeto de orçamento retificativo n.º 6/2014: Revisão da previsão dos recursos próprios tradicionais, das bases IVA e RNB - *Relatório: Gérard Deprez (A8-0074/2014)*

Projeto de orçamento retificativo n.º 7/2014: Inundações na Sérvia, na Croácia e na Bulgária - *Relatório: Gérard Deprez (A8-0072/2014)*

Projeto de orçamento retificativo n.º 8/2014: Excedente resultante da execução do exercício orçamental de 2013 - *Relatório: Gérard Deprez (A8-0079/2014)*

Mobilização da Margem para Imprevistos em 2014 - *Relatório: Gérard Deprez (A8-0068/2014)*

Recursos próprios da União – ajustamento das contribuições nacionais dos Estados-Membros - *Relatório: Gérard Deprez, Janusz Lewandowski (A8-0066/2014)*

Insuficiência de fundos para o plano de ajuda do Programa Alimentar Mundial aos refugiados sírios - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Preferências comerciais autónomas para a República da Moldávia - *Relatório: Sorin Mois (A8-0053/2014)*

Tratamento pautal para as mercadorias originárias do Equador - *Relatório: Helmut Scholz (A8-0056/2014)*

Renovação da Estratégia de Segurança Interna da UE - *Perguntas orais (O-000089/2014 - B8-0044/2014) (O-000090/2014 - B8-0045/2014)*

Quarta-feira, 17 de Dezembro

09:00 - 11:50 DEBATE PRIORITÁRIO

Preparativos para o Conselho Europeu (18-19 de dezembro de 2014) - *Declarações do Conselho e da Comissão*

11:50 - 12:15 (Entrega do Prémio LUX)

12:20 - 14:00 VOTAÇÃO

Preferências comerciais autónomas para a República da Moldávia - *Relatório: Sorin Mois (A8-0053/2014)*

Tratamento pautal para as mercadorias originárias do Equador - *Relatório: Helmut Scholz (A8-0056/2014)*

Mobilização da Margem para Imprevistos em 2014 - *Relatório: Gérard Deprez (A8-0068/2014)*

Orçamento retificativo n.º 3/2014: Receitas provenientes de multas e pagamentos de juros - Receitas provenientes de reembolsos e receitas transferidas para a FEMIP (Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e de Parceria) - Reafetação de dotações ao Fundo Europeu das Pescas - Aumento das dotações de pagamento para as autorizações correspondentes aos orçamentos anuais anteriores – Circunstâncias imprevistas na aceção do artigo 13.º do Regulamento QFP – Quadro de pessoal da Comissão, dos serviços, do Comité das Regiões

e da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados - *Relatório: Gérard Deprez (A8-0069/2014)*

Projeto de orçamento rectificativo n.º 4/2014 - recursos próprios tradicionais (RPT), bases do IVA e rendimento nacional bruto (RNB) - *Relatório: Gérard Deprez (A8-0076/2014)* 7

Mobilização do Fundo de Solidariedade da UE: Inundações em Itália - Terramoto na Grécia - Tempestade de gelo na Eslovénia - Tempestade de gelo e inundações na Croácia - *Relatório: Patricija Šulin (A8-0073/2014)*

Projeto de orçamento rectificativo n.º 5/2014 : Inundações em Itália (Sardenha) em 2013 - Terramoto na Grécia - Tempestade de gelo na Eslovénia - Tempestade de gelo e inundações na Croácia em 2014 - *Relatório: Gérard Deprez (A8-0078/2014)*

Projeto de orçamento rectificativo n.º 6/2014: Revisão da previsão dos recursos próprios tradicionais, das bases IVA e RNB - *Relatório: Gérard Deprez (A8-0074/2014)* 8

Mobilização do Fundo de Solidariedade da UE: Inundações na Sérvia, na Croácia e na Bulgária - *Relatório: José Manuel Fernandes (A8-0075/2014)*

Projeto de orçamento rectificativo n.º 7/2014: Inundações na Sérvia, na Croácia e na Bulgária - *Relatório: Gérard Deprez (A8-0072/2014)*

Projeto de orçamento rectificativo n.º 8/2014: Excedente resultante da execução do exercício orçamental de 2013 - *Relatório: Gérard Deprez (A8-0079/2014)*

Recursos próprios da União – ajustamento das contribuições nacionais dos Estados-Membros - *Relatório: Gérard Deprez, Janusz Lewandowski (A8-0066/2014)*

Mobilização do Fundo de Solidariedade da UE: regiões afetadas por catástrofes - *Relatório: Siegfried Mure an (A8-0077/2014)*

Mobilização do Instrumento de Flexibilidade - financiamento dos programas dos fundos estruturais para Chipre - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial (A8-0071/2014)*

Projeto de orçamento geral da União Europeia - Exercício de 2015

Novo orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2015 - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial, Monika Hohlmeier (A8-0067/2014)*

Regulamento da Comissão que complementa o Regulamento (CE) n.º 1071/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, no respeitante à classificação das infrações graves às regras da União, que podem acarretar a perda de idoneidade do transportador rodoviário, e que altera o anexo III da Diretiva 2006/22/CE do Parlamento Europeu e do Conselho - *Proposta de resolução*

Proposta de diretiva do Conselho que estabelece métodos de cálculo e requisitos em matéria de relatórios nos termos da Diretiva 98/70/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel - *Proposta de resolução* 9

Regulamento Delegado (UE) da Comissão que estabelece um plano de devoluções para o mar Báltico - *Proposta de resolução*

ANEXOS do Regulamento Delegado (UE) da Comissão que completa a Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II)

Renovação da Estratégia de Segurança Interna da UE - *Proposta de resolução* 10

Reconhecimento do Estado da Palestina - *Propostas de resolução*

O setor siderúrgico na UE: proteção dos trabalhadores e das indústrias - *Propostas de resolução*

Situação no Mediterrâneo e necessidade de uma abordagem holística da UE no que respeita à migração - *Propostas de resolução*

15:00 - 21:00

Relatório do Senado norte-americano sobre a utilização da tortura pela CIA - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Liberdade de expressão na Turquia: Recentes detenções de jornalistas e de responsáveis de meios de comunicação social e pressão sistemática sobre os media - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Discussão conjunta - Geórgia

Acordo de associação com a Geórgia - *Recomendação: Andrejs Mamikins (A8-0041/2014)*

Celebração do Acordo de Associação com a Geórgia - *Relatório: Andrejs Mamikins (A8-0042/2014)*

O Processo de Cartum e a próxima "Iniciativa relativa à Rota de Migração Corno de África-EUA" - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Quinta-feira, 18 de Dezembro

10:00 - 11:00

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - Duração máxima: uma hora (artigo 135.º do Regimento)

Venezuela: perseguição da oposição democrática

A Mauritânia, em especial o caso de Biram Dah Abeid

O Sudão: o caso do Dr. Amin Mekki Medani

11:00 - 13:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Regulamento Delegado (UE) da Comissão que altera o anexo III do Regulamento (UE) n.º 978/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à aplicação de um sistema de preferências pautais generalizadas

Regulamento Delegado (UE) da Comissão que complementa a Diretiva 2014/59/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, no que se refere às contribuições ex ante para os mecanismos de financiamento da resolução

Celebração do Acordo de Associação com a Geórgia - *Relatório: Andrejs Mamikins (A8-0042/2014)*

Acordo de associação com a Geórgia - *Recomendação: Andrejs Mamikins (A8-0041/2014)*